

OS RURAIS E OS AGRÍCOLAS DE SÃO PAULO NO CENSO DE 2000¹

*Angela Kageyama*²

RESUMO

A população ocupada na agricultura no Estado de São Paulo reside majoritariamente em áreas urbanas; os residentes em domicílios rurais têm, em sua maioria, ocupações não-agrícolas. Essa interseção cada vez menor entre o rural e o agrícola é explorada a partir dos dados do Censo Demográfico de 2000, comparando as formas de ocupação e renda dessas populações em cinco grupos de mesorregiões de São Paulo. Diversamente do que ocorre em países desenvolvidos, dominam a baixa qualificação e a precariedade das ocupações não-agrícolas, mesmo no estado mais rico da Federação, concentrando-se no serviço doméstico (remunerado) e no trabalho de baixa qualificação na construção civil (pedreiro). Só na faixa de maior renda (20% mais ricos) e na Região Metropolitana de São Paulo observa-se maior diversidade e melhor qualificação das ocupações, como gerentes, vendedores e escriturários, com menor peso do serviço doméstico e da construção civil.

Palavras-chave: domicílios rurais, ocupações não-agrícolas, renda.

RURAL AND AGRICULTURAL WORKERS OF SÃO PAULO IN THE CENSUS OF 2000

ABSTRACT

Most of the agricultural workers in São Paulo, the wealthiest State of Brazil, live in urban areas. More than 50% of the workers living in rural households have non-agricultural jobs. In this paper, data from the Census of 2000 are used to analyze the decreasing intersection between “rural” and “agricultural” in five regions of the State of São Paulo. In contrast to what seems to happen in developed countries, in all regions of São Paulo the most common occupations are unskilled (such as housemaids and labourers working on the construction of buildings). For the richest 20% of the population, especially for those living in the metropolitan areas, there is a

¹ Aceito para publicação em outubro de 2003.

² Docente do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas, Caixa Postal 6135, Campinas, São Paulo.

degree of diversification of off-farm occupations, in areas such as management, sales, and administration.

Key-words: rural households, off-farm jobs, income.

INTRODUÇÃO

Segundo o Censo Demográfico de 2000 (Censo..., 2002), cerca de 64% das pessoas ocupadas que vivem na zona rural do Estado de São Paulo possuem ocupações não-agrícolas; e, do conjunto dos ocupados em atividades agrícolas, 57% residem na zona urbana. A interseção entre o conjunto dos rurais e o dos agrícolas equivale, portanto, a uma fração menor que a sua metade.

As diferenças entre agrícola e rural são bem conhecidas: o primeiro termo refere-se a um setor de atividade da economia, enquanto a noção de rural é territorial ou espacial, e em seu interior podem desenvolver-se atividades de praticamente todos os setores econômicos. A novidade está na sua interseção cada vez menor, com as práticas e as funções urbanas invadindo cada vez mais o meio rural e famílias agrícolas indo residir nas periferias urbanas. Em parte, trata-se de fenômeno real, em parte consequência das limitações da definição legal de rural e urbano que permeia as estatísticas, tema que será novamente tratado adiante. As áreas rurais tendem a caracterizar-se hoje, nos países desenvolvidos, pela multifuncionalidade, expressa, por exemplo, na conservação da natureza, na preservação e melhoria da paisagem, no agro e ecoturismo, no campo como local de moradia, na oferta de produtos regionais específicos e de alta qualidade, além do tradicional papel de produção de alimentos e matérias-primas (Knickel & Renting, 2000). De acordo com Van der Ploeg et al. (2000), o paradigma da modernização da agricultura, que dominou a teoria, as práticas e as políticas nesses países, como a principal ferramenta para elevar a renda e o desenvolvimento das comunidades rurais, vem sendo substituído, notadamente na Europa, por um novo paradigma, o do desenvolvimento rural, no qual se inclui a busca de um novo modelo para o setor agrícola, com novos objetivos, como a produção de bens públicos (paisagem), a busca de sinergias com os ecossistemas locais, a valorização das economias de escopo em detrimento das economias de escala, a pluriatividade das famílias rurais, entre outros. O desenvolvimento rural implica a criação de novos produtos e novos serviços, associados a novos mercados; procura formas de redução de custos a partir de novas

trajetórias tecnológicas; tenta reconstruir a agricultura não apenas no âmbito dos estabelecimentos, mas em termos regionais e da economia rural como um todo; representa, enfim, “uma saída para as limitações falta de perspectiva intrínsecas ao paradigma da modernização e ao acelerado aumento de escala e industrialização que ele impõe” (p. 395).

O desenvolvimento rural tem de específico o fato de referir-se a uma base *territorial*, local ou regional, na qual interagem diversos setores produtivos e de apoio, e é nesse sentido que se trata de um desenvolvimento *multissetorial*. Ao mesmo tempo, as áreas rurais desempenham diferentes funções no processo geral de desenvolvimento e, ao longo desse processo, essas funções se modificam. A função produtiva, antes restrita à agricultura, passa a abranger diversas atividades, desde o artesanato e o processamento de produtos naturais até aquelas ligadas ao turismo rural e à conservação ambiental; a função populacional, que nos períodos de industrialização acelerada consistia em fornecer mão-de-obra para as cidades, agora inverteu-se, requerendo-se o desenvolvimento de infra-estrutura, serviços e oferta de empregos que assegurem a retenção de população na área rural; a função ambiental passa a receber mais atenção após as fases iniciais da industrialização (inclusive do campo) e demanda do meio rural a criação e proteção de bens públicos e quase-públicos, como paisagem, florestas e meio ambiente em geral. Nesse sentido, o desenvolvimento rural, além de multissetorial, deve ser também *multifuncional*³.

Nesse contexto, a pluriatividade e as rendas não-agrícolas das famílias rurais emergem, no plano microeconômico, como resposta à queda dos preços agrícolas e às conseqüentes restrições de renda que ela impõe, tornando-se uma estratégia para viabilizar a permanência no campo; no plano regional, ao dinamizar os mercados de produtos e, sobretudo, de serviços locais, passam a constituir parte integrante do novo desenvolvimento rural (Van der Ploeg et al., 2000). Mas o desenvolvimento rural não pode ser sustentado apenas por “atividades novas, inovadoras e algumas vezes exóticas”, pois “uma considerável

³ Esses aspectos do desenvolvimento rural vêm sendo bem estudados na Europa, após a guinada da PAC (Política Agrícola Comum), no final dos anos 1980, em direção a um enfoque territorial e regional, com medidas diferenciadas segundo as características de certas zonas, especialmente as mais pobres. Uma boa revisão da literatura pode ser feita a partir dos textos da Conferência Internacional sobre Política Rural promovida pelo Arklenton Centre for Rural Development Research, entre outros Bryden (2000) e Van Depoele (2000). Ver também o documento da European Commission (1997).

porção do que se chama vagamente de ‘agricultura normal’ deve ser também considerada dentro do modelo de desenvolvimento rural que, como visto, está gradualmente emergindo [na Europa]” (Van der Ploeg, 2000, p.497). Para Knickel & Renting (2000), é possível inclusive que sistemas de produção agrícola mais tradicionais mostrem-se vantajosos no novo modelo de desenvolvimento rural porque, sendo menos intensivos em trabalho (e no uso de insumos em geral), possibilitam alocar mais força de trabalho da família em empregos ou atividades não-agrícolas.

No novo enfoque territorial, em lugar do setorial, a preocupação central da política européia para o meio rural tem-se voltado menos para subsidiar os agricultores e mais para assegurar a conservação do ambiente, a produção de bens públicos correlatos (paisagem, espaço) e a prosperidade da população rural como um todo. As áreas rurais já são, em muitos países, objeto de procura pelo seu valor enquanto espaço para moradia, lazer e novos estilos de vida. O bem-estar da população rural, deslocando o foco do produtor agrícola, e o combate à pobreza vêm sendo os itens mais importantes das políticas de desenvolvimento rural (Shucksmith & Chapman, 1998).

O tipo de atividade não-agrícola presente nas áreas rurais ou os empregos que os membros das famílias rurais exercem nas cidades ou localidades próximas são extremamente variáveis, dependendo principalmente do tipo de desenvolvimento local ou regional. Na Itália da industrialização difusa, por exemplo, é comum complementar a renda agrícola com trabalho nas pequenas indústrias próximas do local de moradia ou nos serviços, para atender os novos moradores das áreas rurais que saem das grandes cidades em busca de melhor qualidade de vida (Saraceno, 1997). Na Inglaterra, as atividades não-agrícolas mais importantes na formação de renda dos produtores agrícolas no período 1988-1997 foram: aluguel de áreas ou de prédios da fazenda rural, inclusive para turistas, trabalho assalariado e recreação (acampamentos, agroturismo, pousada, fornecimento de refeições, etc.) (McNally, 2001). Na Noruega, a pluriatividade rural concentra-se na manufatura e comércio de mercadorias, aluguel de partes da propriedade, hospedagem e refeições, e outros serviços (Eikeland & Lie, 1999). A pesquisa seminal do Arkleton Trust (1992) sobre a pluriatividade na Europa em 1987-1991 apontava que os principais trabalhos não-agrícolas praticados por membros das famílias agrícolas que possuíam trabalhos regulares fora da propriedade eram as profissões liberais (15% dos ho-

mens e 30% das mulheres) e serviços de escritório e comércio (28% dos homens e 47% das mulheres). Para os homens com ocupação não-agrícola regular, a principal ocupação era na construção civil ou em serviços; já as mulheres tendiam a se engajar em ocupações regulares fora da propriedade agrícola de status profissional mais elevado, em especial nas áreas mais urbanizadas.

No caso do Brasil, a maioria das ocupações complementares das famílias agrícolas é de baixa qualificação, o turismo rural ainda é incipiente, e a produção de bens públicos, como paisagem e áreas de preservação ambiental, bastante limitada. A multifuncionalidade do rural brasileiro parece estar ainda concentrada na pluriatividade (trabalhos agrícolas e não-agrícolas) e, em pequena medida, como espaço de moradia para uma fração da elite urbana. Para São Paulo, especificamente, o trabalho de Basaldi (2000) mostrou que as principais ocupações da População Economicamente Ativa – PEA – rural não-agrícola no período 1992-1998 foram: o serviço doméstico, seguido por motorista, pedreiro, balconista-atendente, serviço por conta própria, diarista doméstica, servente-faxineiro e ajudante de pedreiro. Praticamente são todas ocupações de baixa qualificação, porém com condições de trabalho melhores que o agrícola, exceto nos serviços domésticos no caso das mulheres, em que a qualidade do emprego (medida por um índice) mostrou-se inferior à do que o trabalho agrícola⁴.

O objetivo deste trabalho é analisar a questão da pluriatividade, das ocupações e das rendas não-agrícolas no meio rural do estado mais rico da Federação. A pesquisa foi orientada de modo a explorar possíveis aspectos novos suscitados pela disponibilidade dos microdados do Censo Demográfico de 2000, como a possibilidade de trabalhar no âmbito regional dentro do estado. A escolha de São Paulo, uma região com altas taxas de urbanização e com uma agricultura dinâmica – dentro dos padrões impostos pelo “paradigma da modernização” –, permite observar até que ponto (provavelmente o máximo entre as unidades da Federação) avançou a integração rural-urbano e o “paradigma do desenvolvimento rural”, em termos do bem-estar das famílias que aí residem.

⁴ Foi calculado um Índice de Qualidade do Emprego, a partir da média aritmética de três índices parciais, compostos por vários indicadores, como rendimento no trabalho principal, presença de trabalho infantil, carteira assinada, contribuição à previdência, piso de 1 salário mínimo, recebimento de auxílios (moradia, alimentação, educação, transporte), entre outros. No caso das mulheres, o valor do índice nos três anos estudados (1992, 1995 e 1998) foi menor nos serviços domésticos remunerados, tanto urbanos como rurais, do que nos trabalhos agrícolas permanentes. (Basaldi, 2000, p. 87).

DEFINIÇÕES

Três definições são necessárias para a análise proposta: o que é rural, o que é agrícola e qual o nível de agregação espacial a ser adotado. Para este último problema, é dedicada a seção seguinte deste trabalho; a segunda definição não traz maiores dificuldades e foi resolvida a partir da nova Classificação Brasileira de Ocupações (Código Novo da Ocupação), que acompanha a documentação dos microdados do Censo Demográfico de 2000 (Censo..., 2002). Foram consideradas agrícolas as ocupações dos subgrupos principais 61 a 64, que incluem produtores na exploração agropecuária (agrícolas, pecuários e agropecuários), trabalhadores (agrícolas, pecuários e agropecuários), pescadores, caçadores e extrativistas florestais, trabalhadores da mecanização agropecuária e florestal, trabalhadores da irrigação e drenagem, supervisores na exploração florestal, caça e pesca. Foram consideradas “agrícolas” as pessoas cuja ocupação principal na data do Censo correspondesse a uma dessas ocupações.

O maior problema diz respeito ao rural. Não que tenhamos escolhido uma definição diferente daquela que é adotada no Censo (2002, p.66) , ou seja, “Rural é a área externa ao perímetro urbano de um distrito, composta por setores nas seguintes situações de setor: rural-de extensão urbana, rural-povoado, rural-núcleo, rural-outros aglomerados, rural-exclusive aglomerados”.

Essa definição baseia-se na definição administrativa de distrito e de perímetro urbano (“linha divisória dos espaços juridicamente distintos de um distrito, estabelecida por lei municipal”, p.65) e é utilizada para classificar os domicílios pesquisados.

O problema não é buscar outra definição, que dificultaria reclassificar todos os domicílios do Censo e introduziria nova arbitrariedade, mas de ter em mente as limitações e o possível viés que a definição legal impõe aos resultados da análise.

Em quase todo o mundo, as estatísticas nacionais definem o rural como oposição, complemento ou resíduo do urbano. Para Veiga (2002), os critérios que influenciaram as divisões territoriais existentes hoje nos diversos países são, em sua maioria, anacrônicos e não resultaram de nenhuma necessidade relacionada com o que hoje se denomina desenvolvimento territorial. No caso do Brasil, o problema de classificação do que é rural é mais grave, dado que se baseia numa definição de “cidade” – sede de município – de 1938, que vem

sendo carregada ao longo do tempo, apesar das adaptações feitas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – por ocasião dos Censos Demográficos. O autor mostra que esse critério exagera o grau de urbanização, ao considerar urbana toda sede de município (cidade) e de distrito (vila), “sejam quais forem suas características”. Propõe que, para efeitos analíticos, não deveriam ser considerados urbanos os habitantes de municípios muito pequenos (com menos de 20 mil habitantes), um critério bastante simples, mas que tem a desvantagem de abarcar os pequenos municípios com alta densidade demográfica, pertencentes a regiões metropolitanas, por exemplo. Por esse critério, 4.024 municípios brasileiros, do total de 5.507, seriam considerados rurais. O ideal seria combinar os critérios de população e densidade demográfica, o que foi de fato feito numa pesquisa conjunta entre IBGE, IPEA e Universidade Estadual de Campinas – Unicamp. A partir do mapeamento da rede urbana brasileira feito nessa pesquisa, Veiga classifica como “inequivocamente urbanos” os 455 municípios brasileiros identificados como aglomerações metropolitanas, outras aglomerações e centros urbanos; classifica como municípios de pequeno porte os que têm simultaneamente menos de 50 mil habitantes e menos de 80 hab./km²; e de médio porte aqueles que têm população entre 50 e 100 mil habitantes ou cuja densidade supere 80 hab./km². Esses dois grupos têm 567 municípios, que somados aos 455 anteriores perfazem 1.022 municípios que poderiam ser realmente chamados de urbanos, evitando o que o autor chama de disparate, isto é, o grau de urbanização “oficial” de 81,2% no Brasil.

Note-se que, em vista dos critérios internacionalmente utilizados, a proposta de Veiga é até conservadora. Segundo Qadeer (2000), um *benchmark* quase universal entre os censos de população internacionais para definir áreas urbanas é uma densidade de 400 ou mais habitantes por km². A Tabela 1 mostra algumas dessas definições para países selecionados.

O trabalho chama a atenção para a importância, em certas regiões da Ásia, do surgimento de áreas rurais de alta densidade demográfica, que o autor denomina de “ruralópoles”, onde se encontra uma combinação de densidade populacional de nível urbano com uma economia essencialmente agrícola. “Uma ruralópole não é uma região rural homogênea separada das cidades. É a parte rural de uma região que se estende por uma cadeia de distritos de alta densidade, centrados em torno de vilas e cidades” (Qadeer, 2000, p.1585). Mas ela pode ser definida, de acordo com alguns critérios, pela uniformidade de suas características espaciais e funcionais.

Tabela 1. Definições de áreas urbanas, segundo os censos de alguns países.

Países	Tamanho e densidade
USA	Mais de 2.500 habitantes ou mais de 400 pessoas por km ²
Canadá	Mais de 1.000 habitantes ou, para áreas adjacentes não incorporadas a vilas e cidades, 1.000 habitantes ou mais e densidade de 400 pessoas por km ² ou mais
Filipinas	Densidade de 500 ou mais pessoas por km ² (ou centros com as seguintes características: traçado regular de ruas, no mínimo 6 estabelecimentos comerciais ou manufatureiros e 3 elementos entre prefeitura, igreja, parque, praça pública, mercado, etc.)
Índia	5.000 pessoas ou mais ou 400 pessoas por km ²

Fonte: Qadeer (2000, p.1592).

Figuerola (1997) argumenta que a economia rural está sempre integrada a uma cidade, e a economia regional, combinação de uma cidade e seu entorno rural, é o contexto adequado para compreender o desenvolvimento rural. Os mercados são regionais (e não rurais) e quanto maior o tamanho da cidade em relação a seu entorno rural, maior será o peso das transações efetuadas em mercados no total das transações da região. Quanto maior a cidade, mais a economia se baseará nas regras de mercado, mais impessoais serão as relações e mais isso se transmitirá ao meio rural:

“Um país com áreas urbanas compostas de poucas megalópoles, ou de muitas cidades pequenas, não permitiria o desenvolvimento generalizado dos mercados regionais. Ao contrário, um país com áreas urbanas compostas de muitas cidades de tamanho médio geraria condições favoráveis para o desenvolvimento dos mercados e, portanto, para o desenvolvimento rural. Certamente a urbanização ajudaria o desenvolvimento rural, mas não qualquer urbanização e sim aquela geograficamente descentralizada.” (Figuerola, 1997, p.13).

No caso brasileiro, segundo Faria (1976), as características do sistema urbano, ao contrário da maioria das economias de origem primário-exportadora, moveu-se em direção a uma distribuição lognormal da população por tamanho da cidade, isto é, uma população mais bem distribuída entre os diversos estratos de tamanho de cidades, formando uma rede urbana mais diferenciada, dispersa e integrada.

Nesse sentido, o Estado de São Paulo é um *locus* de estudo privilegiado, pois apresenta a mais densa rede urbana e de estradas do País, incluindo muitos casos de “conurbação”, em que duas ou mais cidades ficam praticamente ligadas em virtude do encontro de seus limites suburbanos, formando verdadeiras cadeias ao longo das rodovias. O urbano paulista estaria, portanto, menos superestimado do que o do resto do País.

A Tabela 2 traz alguns dados sobre população e municípios de São Paulo. Mesmo utilizando os critérios propostos por Veiga, vemos que apenas 36,6% dos municípios paulistas possuem mais de 20 mil habitantes, 27,6% têm densidade maior que 80 hab./km² e cerca de 40% apenas atendem a um dos dois critérios. Metade dos municípios paulistas tem menos de 11.550 habitantes e metade tem densidade demográfica abaixo de 35 pessoas por km². Se fosse utilizado o critério internacional, de 400 pessoas por km², somente 59 municípios de São Paulo (menos de 10%) seriam considerados propriamente urbanos, mas esse pequeno conjunto de municípios concentra 66,9% da população urbana do Estado.

Tabela 2. Alguns dados sobre população no Estado de São Paulo em 2000.

Indicador	Valor
População total	37.032.043 residentes
Área total	248.176,7 km ²
Número de municípios	645 municípios
Densidade demográfica média	149,2 hab/km ²
Menor município (Borá)	795 habitantes
Maior município (São Paulo)	10.434.252 habitantes
Média de residentes por município	57.415 pessoas
Mediana de residentes por município	11.550 pessoas
Densidade demográfica mínima (Iporanga)	3,9 hab/km ²
Densidade demográfica máxima (Diadema)	11.650 hab/km ²
Densidade demográfica mediana	35,1 hab/km ²
Municípios com 20 mil habitantes ou mais	236 (36,6%)
Municípios com densidade de 80 ou mais hab./km ²	178 (27,6%)
Municípios com 20 mil habitantes ou mais ou com densidade de 80 ou mais hab./km ²	257 (39,8%)

Fonte: IBGE (2002).

UNIDADES GEOGRÁFICAS

As unidades básicas de observação adotadas neste trabalho são as 15 mesorregiões geográficas definidas pelo IBGE para o Estado de São Paulo (Fig. 1). Algumas fontes de dados importantes para São Paulo, como a Fundação Seade e o Instituto de Economia Agrícola, utilizam como unidade as Regiões Administrativas, que também são 15, mas não coincidem com as mesorregiões, a não ser de forma aproximada (Fig. 2).

Propostas de regionalização do estado, segundo diferentes critérios, podem ser encontradas na literatura, tornando possível agregar as mesorregiões em menor número de grupos relativamente homogêneos, para ordenar a análise dos dados. Utilizando o zoneamento agrário proposto pela Fundação Economia de Campinas (2000) para o NEAD/MDA e os estudos de Carvalho et al. (1998) e Kageyama & Leone (1999), foram estabelecidos cinco grupos de mesorregiões para São Paulo:

Grupo 1: As áreas mais pobres do Estado

Formado por dois subgrupos de mesorregiões, com características de maior pobreza, baixo IDH-M (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) e agricultura tecnologicamente atrasada:

- *Mesorregião 8 (Presidente Prudente)*

A maior parte da região é de ocupação recente (1900 em diante), caracterizada por áreas rurais pobres e muito pobres, com predomínio de pecuária empresarial, grandes propriedades e alto grau de assalariamento na atividade agropecuária, formada por combinações de pastos e culturas anuais. O padrão tecnológico predominante é baixo, com algumas áreas de tecnologia agrícola normal ou média.

- *Mesorregiões 11 (Itapetininga) e 14 (Litoral Sul Paulista)*

São áreas de ocupação mais antiga, ao sul do estado, em que predomina um padrão tecnológico agrícola médio, com culturas de chá, banana, pastos e reflorestamento e parte das áreas ocupadas por florestas de proteção e reserva. A principal cultura anual é o feijão. A população residente em área rural é bem maior que a média, com grau de pobreza elevado para os padrões do estado. A mesorregião 14 inclui a região metropolitana da Baixada Santista.

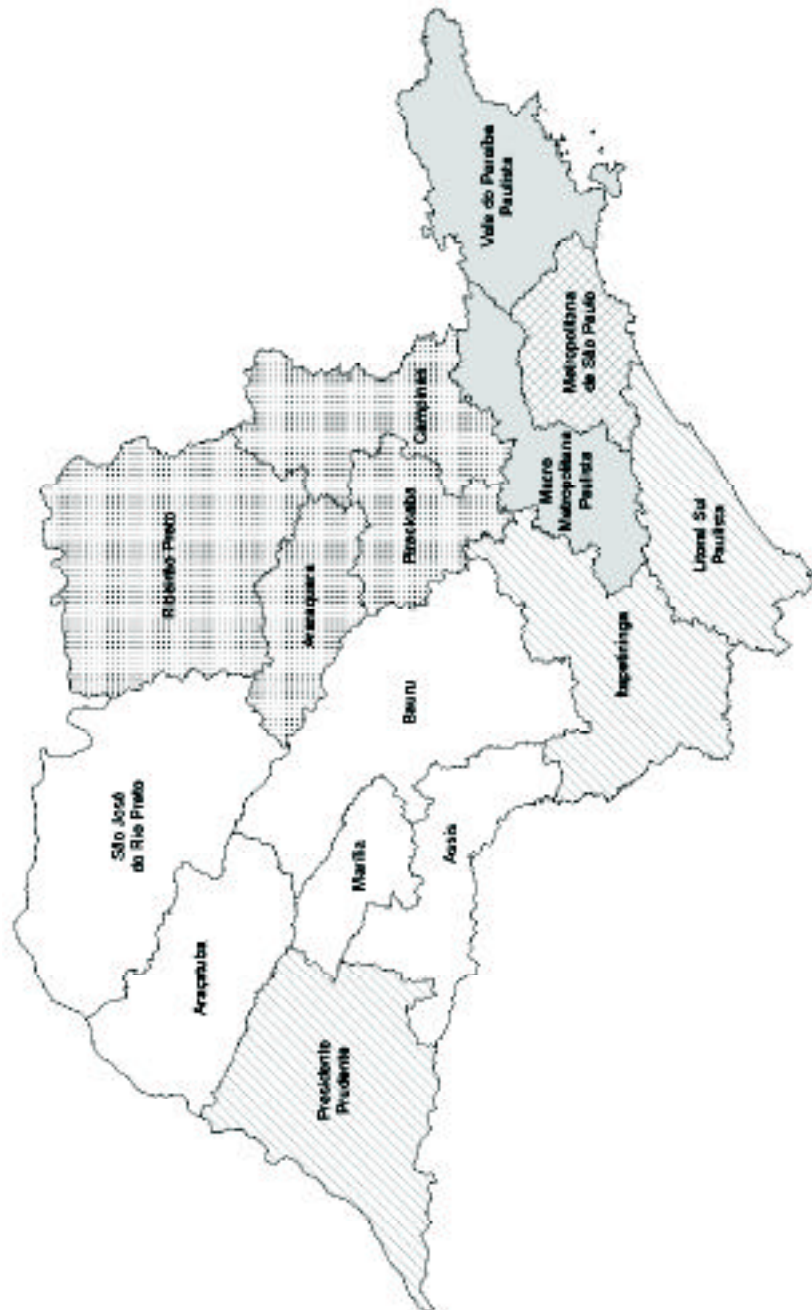


Fig. 1. Mesorregiões do Estado de São Paulo.

Fonte: Censo Demográfico (2002) ; IBGE (1997).

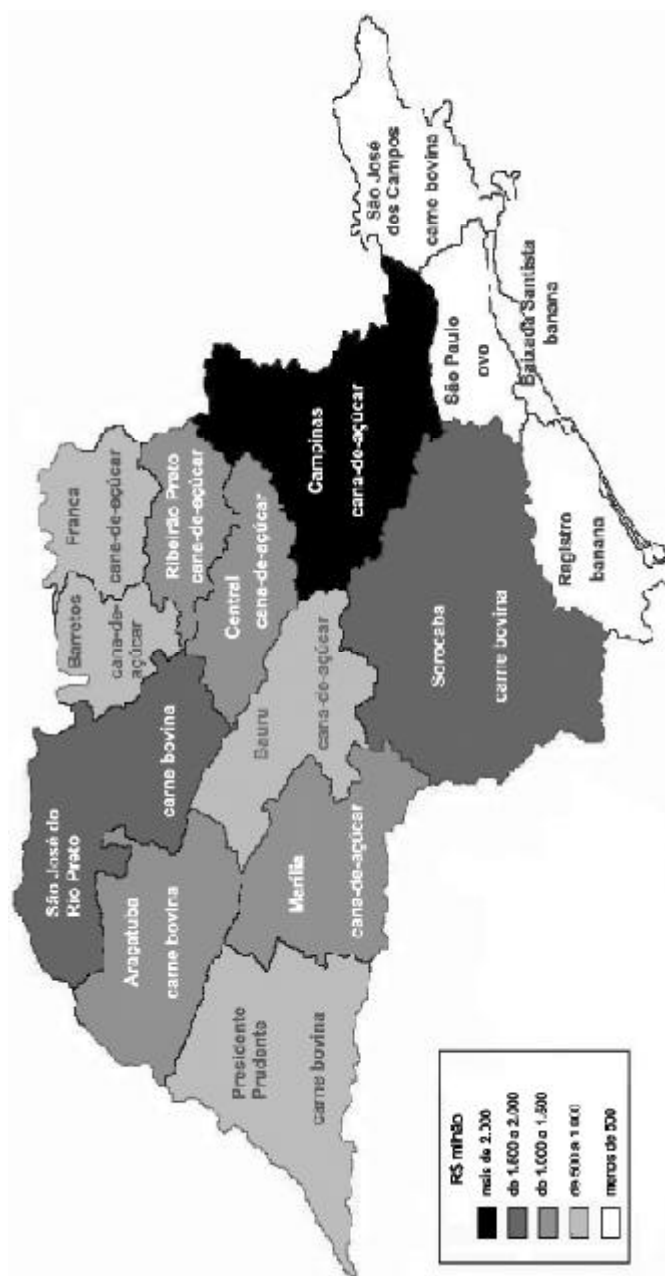


Fig. 2. Classificação das Regiões Administrativas (RAs) segundo o produto principal e a faixa de valor da produção agropecuária, Estado de São Paulo, 2000.

Fonte: Tsunetchiro, A. et al.(2001).

Grupo 2: As áreas mais ricas, de agricultura moderna

• *Mesorregiões 2 (Ribeirão Preto), 5 (Araraquara), 6 (Piracicaba) e 7 (Campinas)*

Essas regiões apresentam elevado grau de urbanização, alta renda per capita, agricultura dinâmica baseada em padrão tecnológico alto, com predominância de culturas de exportação, como cana e laranja, além de pastagens e culturas anuais. Essa área beneficiou-se, historicamente, dos ciclos de expansão do açúcar (início do século 19), com a formação do “quadrilátero do açúcar” entre Sorocaba, Piracicaba, Mogi-Guaçu e Jundiaí, e do café (a partir de 1850), com a construção de uma densa rede ferroviária que ia de Santos até Franca. Mais recentemente, o dinamismo da agricultura dessa área deve-se à citricultura, à cana e à soja. A mesorregião 7 inclui a região metropolitana de Campinas.

Grupo 3: Áreas mistas, com pecuária extensiva e agricultura moderna

• *Mesorregiões 1 (São José do Rio Preto), 3 (Araçatuba), 4 (Bauru), 9 (Marília) e 10 (Assis)*

Os estudos de regionalização antes citados baseiam-se em critérios centrados nas estruturas agrárias, nos tipos de atividade agrícola e nas condições de vida da população rural, e têm como unidade geográfica os municípios. Por esses critérios, cada uma das cinco mesorregiões deste grupo é internamente heterogênea, com praticamente metade dos municípios semelhantes aos do Grupo 1 (especialmente do primeiro subgrupo) e metade dos municípios com características do Grupo 2.

A grande área formada por essas mesorregiões ocupa quase toda a metade oeste do estado e foi ocupada basicamente a partir de 1900. Tem uma agricultura mista, que combina pastos com cana, café e culturas anuais, e, mais recentemente, a laranja, mas o padrão tecnológico predominante é baixo a médio.

Grupo 4: Áreas de pequena propriedade e alta urbanização

• *Mesorregiões 12 (Macrometropolitana Paulista) e 13 (Vale do Paraíba Paulista)*

As duas mesorregiões contornam a Região Metropolitana de São Paulo e, obviamente, sofrem sua influência. Ambas apresentam, nas proximidades

com a capital, características de cinturão verde, com atividades hortifrutícolas e leiteira; predominam as pequenas propriedades e a agricultura irrigada. Nas porções mais distantes da capital, encontram-se culturas anuais, pasto, reflorestamento e matas naturais. A mesorregião 12 engloba a região administrativa centrada em Sorocaba e as áreas dos municípios de Jundiaí, Bragança Paulista e adjacências, portanto áreas de um urbano denso e em expansão. A região de Sorocaba foi ocupada no século 18 e teve importante papel como centro distribuidor do comércio de animais para o Sul do País durante o ciclo da mineração e, mesmo após o apogeu da mineração, em 1780, os povoados na rota para Cuiabá (Parnaíba, Itu e Porto Feliz) e os de Sorocaba e Itapetininga eram os que apresentavam melhores condições econômicas. No fim do século 18 já havia, ao redor da cidade de São Paulo, uma agricultura bem diversificada, rica em frutas, verduras e legumes. A mesorregião do Vale do Paraíba teve sua história mais relacionada com o Rio de Janeiro: iria beneficiar-se, durante a expansão cafeeira, da construção da ferrovia construída no Vale do Paraíba, a partir do Rio de Janeiro, que chegou no Estado de São Paulo em 1871. Após a passagem do café, nas “terras cansadas” do Vale do Paraíba, foram introduzidas atividades, como a produção de arroz, de leite e de hortícolas, em torno dos núcleos urbanos maiores (Carvalho et al., 1998).

Apesar da situação geográfica semelhante, há diferenças entre as duas mesorregiões que circundam a capital do estado: a primeira tem maior renda, menor nível de pobreza, padrão tecnológico agrícola mais elevado e grau de urbanização mais elevado.

Grupo 5: Região Metropolitana

- *Mesorregião 15 (Metropolitana de São Paulo)*

Nessa região (RMSP) a atividade agrícola é residual, destacando-se apenas as culturas típicas de cinturão verde e as áreas de florestas de proteção e reserva. A mesorregião Metropolitana tem 51,8% da população residente do estado.

A Tabela 3 apresenta dados sobre a população das mesorregiões e dos grupos segundo o Censo de 2000. Note-se a maior proporção de população rural no Grupo 1, em contraste com o Grupo 2 e com a RMSP. A população rural da RMSP é de 763 mil pessoas e, embora reduzida em termos percentuais,

é maior, em termos absolutos, do que a população total de várias mesorregiões do interior, como Araraquara, Araçatuba, Marília ou Assis. Em termos de densidade demográfica, há uma semelhança entre os Grupos 1 e 3 (baixa densidade) e entre os Grupos 2 e 4 (alta densidade); o Grupo 5 é, obviamente, atípico, por conter a capital do estado.

Quase 80% da produção agropecuária e 67% das pessoas ocupadas na agricultura no estado estão nos Grupos 2 e 3, mas aí estão apenas 16% da população rural, refletindo o descompasso entre o “rural” e o “agrícola” com o avanço do desenvolvimento econômico. No Estado de São Paulo, em 2000, a maior parte (57,2%) das pessoas ocupadas na agricultura residia em domicílios urbanos.

Tabela 3. Distribuição da população residente no Estado de São Paulo e nas mesorregiões, 2000.

Mesorregião e grupo	População total	% população urbana	% população rural	% população do estado	Densidade demográfica (hab./km ²)
Grupo 1	1.976.830	80,7	19,3	5,34	34,44
Presidente Prudente	803.785	85,2	14,8	2,17	33,43
Itapetinga	748.748	77,2	22,8	2,02	37,08
Litoral Sul Paulista	424.297	78,4	21,6	1,15	32,10
Grupo 2	7.314.285	93,9	6,1	19,74	121,38
Ribeirão Preto	2.104.374	94,6	5,4	5,68	76,42
Araraquara	719.326	92,6	7,4	1,94	76,04
Piracicaba	1.218.951	93,8	6,2	3,29	134,53
Campinas	3.271.634	93,7	6,3	8,83	229,61
Grupo 3	4.301.614	90,3	9,7	11,63	46,38
São José do Rio Preto	1.420.864	88,9	11,1	3,84	48,29
Araçatuba	635.539	91,4	8,6	1,72	37,91
Bauru	1.309.586	92,1	7,9	3,54	48,96
Marília	418.121	90,2	9,8	1,13	58,28
Assis	517.504	88,0	12,0	1,40	40,69
Grupo 4	4.242.695	89,9	10,1	11,46	148,95
Macrometropolitana	2.250.585	87,1	12,9	6,08	182,80
Vale do Paraíba Paulista	1.992.110	93,0	7,0	5,38	123,02
Grupo 5	19.196.979	96,0	4,0	51,84	2060,96
RMSP	19.196.979	96,0	4,0	51,84	2060,96
Estado de São Paulo	37.032.403	93,4	6,6	100,0	149,22

Fonte: Censo Demográfico de 2000 (Censo..., 2002).

O Grupo 3 é particularmente importante nas áreas de pastagens, embora com baixo valor da produção por unidade de área (pecuária extensiva); o Grupo 2 tem alta participação nas áreas de lavoura, mas destaca-se pela maior produtividade das pastagens (pecuária intensiva e produtos granjeiros). O Grupo 1, formado pelas mesorregiões mais pobres, apresenta indicadores de produtividade – especialmente o valor da produção por pessoa ocupada – muito abaixo da média do estado, o que deve constituir uma restrição severa ao aumento da renda. A produtividade do trabalho na agropecuária só é maior que a média do estado nas mesorregiões do Grupo 2 (exceto Campinas) e nas mesorregiões de Bauru e Marília (Tabelas 4 e 5).

Tabela 4. Participação das mesorregiões nas áreas agrícolas do Estado de São Paulo, 1995-96.

Mesorregião e grupo	% área total dos estabelecimentos	% área pastagens	% área lavouras	% valor da produção	% pessoal ocupado na agricultura
Grupo 1	22,2	26,6	10,2	11,3	18,9
Presidente Prudente	12,1	18,5	4,7	5,1	8,7
Itapetinga	7,5	6,7	4,4	4,7	7,8
Litoral Sul Paulista	2,6	1,4	1,2	1,5	2,4
Grupo 2	25,4	13,8	46,6	41,7	30,4
Ribeirão Preto	12,8	6,1	25,7	19,8	12,6
Araraquara	4,0	2,0	7,3	7,2	3,7
Piracicaba	3,3	2,2	5,4	5,7	3,8
Campinas	5,4	3,6	8,2	9,1	10,0
Grupo 3	44,6	51,8	39,8	37,0	37,0
São José do Rio Preto	14,9	16,9	15,2	12,8	14,1
Araçatuba	8,2	11,3	5,3	5,1	5,2
Bauru	11,7	12,4	9,8	9,8	8,7
Marília	3,6	5,3	1,5	4,0	3,0
Assis	6,2	6,0	8,0	5,3	6,0
Grupo 4	7,3	7,6	2,9	8,5	11,7
Macrometropolitana	2,8	2,1	1,9	5,1	7,4
Vale do Paraíba Paulista	4,6	5,5	1,0	3,4	4,3
Grupo 5	0,6	0,2	0,5	1,5	2,1
RMSP	0,6	0,2	0,5	1,5	2,1
Estado de São Paulo	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Censo Demográfico de 2000 (Censo..., 2002).

Tabela 5. Indicadores de área média dos estabelecimentos agropecuários e produtividade agrícola das mesorregiões do Estado de São Paulo, 1995-96. Índices relativos, base: total do estado = 100. (VP= valor bruto da produção)

Mesorregião e grupo	Área média (hectares)	VP total/área total	VP total/área total	VP vegetal/área lavouras	VP/pessoa ocupada
Grupo 1	75,6	51	51	95	60
Presidente Prudente	85,5	43	43	65	59
Itapetinga	64,1	62	62	108	60
Litoral Sul Paulista	74,0	57	57	161	61
Grupo 2	83,1	165	165	99	138
Ribeirão Preto	108,0	155	155	97	157
Araraquara	103,4	181	181	100	192
Piracicaba	72,5	173	173	105	148
Campinas	51,9	169	169	101	89
Grupo 3	88,7	83	83	87	100
São José do Rio Preto	66,5	86	86	82	91
Araçatuba	103,6	62	62	72	97
Bauru	132,6	84	84	101	113
Marília	102,7	111	111	193	135
Assis	81,2	86	86	76	88
Grupo 4	54,8	117	117	258	73
Macrometropolitana	35,5	185	185	232	69
Vale do Paraíba Paulista	82,0	75	75	305	81
Grupo 5	27,5	257	257	284	71
RMSP	27,5	257	257	284	71
Estado de São Paulo	79,7	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Censo Agropecuário de 1995-96 (Censo..., 1998).

As maiores áreas médias dos estabelecimentos agropecuários encontram-se em mesorregiões do Grupo 3, onde predomina a pecuária extensiva, mas também em Ribeirão Preto e Araraquara, que pertencem ao segundo grupo, cujo produto principal é a cana-de-açúcar.

A Fig. 2, extraída de Tsunehiro et al. (2001), mostra, para as 15 Regiões Administrativas de São Paulo, o produto principal da agropecuária e a classificação por faixas de valor da produção em 2000. Apenas a região de Campinas (aproximadamente corresponde às mesorregiões de Campinas e Piracicaba),

com produto principal cana-de-açúcar, situa-se na faixa de mais de R\$ 2 bilhões de valor da produção. No outro extremo estão as regiões administrativas de Registro, São Paulo, Baixada Santista e São José dos Campos (grosso modo correspondente às mesorregiões Litoral Sul Paulista, Metropolitana de São Paulo e Vale do Paraíba Paulista), na faixa de menos de R\$ 500 milhões.

OS RURAIS

Na área rural paulista foram recenseados 626.693 domicílios. O primeiro interesse desta pesquisa é estudar a população ocupada que reside nesses domicílios, suas atividades e seus rendimentos. A Tabela 6 mostra a distribuição dos residentes e dos ocupados rurais entre os grupos de mesorregiões constituídos na seção anterior.

A primeira observação é que o número de pessoas com ocupações não-agrícolas e morando em domicílio rural supera em 75% o número dos rurais com ocupações agrícolas. É verdade que essa média está bastante influenciada pelo Grupo 5, constituído pela Região Metropolitana de São Paulo, mas, como será visto adiante, em três dos grupos de mesorregiões os rurais não-agrícolas superam os agrícolas. Se se somam os Grupos 4 e 5 —áreas bastante urbanizadas—, tem-se 62,7% dos ocupados não-agrícolas com domicílio rural, revelando a “multifuncionalidade” do rural paulista como local de residência de trabalhadores engajados em atividades urbanas. Note-se, também, que 50% da renda rural do Estado de São Paulo está nesses dois grupos de mesorregiões.

Tabela 6. Participação dos grupos de mesorregiões do Estado de São Paulo na população residente e ocupada e na renda dos domicílios rurais em 2000. (em %)

Grupos de mesorregiões	Pessoas residentes	Pessoas ocupadas	Ocupados agrícolas	Ocupados não-agrícolas	Rendimento total dos domicílios
Grupo 1	15,4	14,3	22,5	9,6	11,8
Grupo 2	18,4	20,1	26,9	16,1	21,6
Grupo 3	17,0	18,6	30,9	11,6	16,4
Grupo 4	17,8	18,6	16,6	19,8	20,0
Grupo 5	31,4	28,4	3,1	42,9	30,2
Estado de São Paulo (número de pessoas)	100,0 (2.392.651)	100,00 (922.380)	100,0 (335.833)	100,0 (586.547)	100,0

Fonte: Censo Demográfico de 2000 (Censo..., 2002).

No Grupo 1 (mesorregiões mais pobres) e no Grupo 3 (regiões mistas), os ocupados agrícolas representam perto de 60% do total de ocupados rurais, mas nos grupos mais ricos e mais urbanizados os não-agrícolas são maioria. Destaca-se, evidentemente, a área metropolitana, conforme já foi comentado. No Estado de São Paulo os não-remunerados e os dedicados ao autoconsumo (ou autoconstrução) representam fração insignificante das pessoas ocupadas, atingindo no máximo cerca de 10% no grupo de mesorregiões mais pobres. O indicador mais uniforme entre os grupos de regiões é o acesso à previdência social: das pessoas ocupadas que residem em domicílio rural, menos de 8% em todo o Estado são contribuintes da Previdência, um valor extremamente baixo em se tratando do estado mais rico da Federação (Tabela 7).

Tabela 7. Composição do pessoal ocupado residente na área rural do Estado de São Paulo em 2000 (% do número de pessoas ocupadas).

Grupos de mesorregiões	Ocupados agrícolas/ PO (A)	Ocupados não- agrícolas/PO (B)	Contratado/ remunerado/ PO (C)	Não- remunerados/ PO (D)	Ocupados em autoconsumo/ PO (E)	Contribuintes da previdência/ PO
Grupo 1	57,4	42,6	82,1	8,0	3,8	6,4
Grupo 2	48,9	51,1	93,4	3,5	0,8	7,3
Grupo 3	60,5	39,5	87,9	7,0	1,7	7,9
Grupo 4	32,4	67,6	90,7	4,3	1,5	7,8
Grupo 5	3,9	96,1	97,0	0,8	0,2	5,7
Estado de São Paulo	36,4	63,6	91,3	4,2	1,4	6,9

PO = pessoas ocupadas.

(A+B) = 100%.

(C+D+E) H ≈ 100% (o resíduo que falta corresponde aos que estavam afastados do emprego na semana de referência).

Fonte: Censo Demográfico de 2000 (Censo..., 2002).

O primeiro agrupamento de mesorregiões distingue-se por ser nitidamente mais pobre (“menos desenvolvido”) que os outros, assim como o último grupo destaca-se pelo elevado grau de urbanização e densidade demográfica. Mas, em termos dos rendimentos domiciliares, este último grupo não difere muito da média, e os maiores rendimentos aparecem no Grupo 2, que possui uma atividade agrícola dinâmica e urbanização mais dispersa, e no Grupo 4, também de forte urbanização. Já a proporção de pessoas abaixo da linha de pobreza (0,5 salário mínimo per capita) é nitidamente menor no Grupo 2 (19%) e máxima no Grupo 1 (39%). Note-se que em todo o estado quase 25% das

peças rurais são pobres, o que pode ser considerado elevado para o estado mais rico do País. Os dados encontram-se na Tabela 8.

A composição dos rendimentos nos domicílios rurais também não é muito discrepante entre os grupos de mesorregiões, com destaque para o peso importante das aposentadorias em todas as regiões (10,8% da renda na média do estado), porém mais elevado na região mais pobre (15% da renda no Grupo 1). Nas regiões mais ricas e urbanizadas, a participação do trabalho entre as fontes de rendimento é crescente, com o máximo de 88% na RMSP (Tabela 9).

Tabela 8. Rendimento domiciliar per capita e proporção de pessoas pobres nos domicílios rurais do Estado de São Paulo em 2000.

Grupos de mesorregiões	Renda per capita em salários mínimos (1 SM = R\$ 151,00)	Percentagem de pobres (renda domiciliar per capita de 0,5SM)
Grupo 1	1,06	39,2
Grupo 2	1,63	19,3
Grupo 3	1,34	23,6
Grupo 4	1,57	24,2
Grupo 5	1,34	22,0
Estado de São Paulo	1,39	24,8

Fonte: Censo Demográfico de 2000 (Censo..., 2002).

Tabela 9. Composição dos rendimentos nos domicílios rurais do Estado de São Paulo em 2000 (% do rendimento total).

Grupos de mesorregiões	Trabalho	Aposentadorias e pensões	Aluguel	Outras fontes*	Total
Grupo 1	79,2	15,0	2,5	3,3	100,0
Grupo 2	84,8	9,4	3,4	2,5	100,0
Grupo 3	82,2	12,0	2,9	2,9	100,0
Grupo 4	80,1	12,6	3,7	2,9	100,0
Grupo 5	88,3	8,3	1,3	2,1	100,0
Estado de São Paulo	84,0	10,8	2,6	2,6	100,0

* Pensão alimentícia, mesada, doações, bolsa-escola, Renda Mínima, seguro desemprego, juros, abonos.

Fonte: Censo Demográfico de 2000 (Censo..., 2002).

Na área rural, residem pessoas ocupadas em atividades agrícolas e em atividades não-agrícolas, com maior peso destas últimas nas regiões mais urbanizadas. A interseção rural-agrícola nada tem de novo, mas, quem são os rurais não-agrícolas? Quais as suas ocupações e seus rendimentos? A seção seguinte traz informação sobre o tema, comparando os dois tipos de ocupação.

OS RURAIS NÃO-AGRÍCOLAS

A Tabela 10 compara rendimentos, escolaridade e trabalho não-remunerado dos agrícolas e não-agrícolas rurais. Em todas as regiões, os não-agrícolas apresentam maiores rendimentos médios e as diferenças são mais acentuadas nos dois primeiros grupos: no mais pobre (Grupo 1), a maior diferença se deve ao baixo rendimento das ocupações agrícolas; no Grupo 2 (mais rico), a diferença fica por conta do rendimento bem mais elevado das ocupações não-agrícolas. No total do estado, os ocupados não-agrícolas da zona rural recebem em média 33% a mais que os agrícolas dessa mesma área.

No Grupo 1, destaca-se ainda a alta porcentagem de pessoas ocupadas recebendo um salário mínimo ou menos (45,5% dos agrícolas e 26,5% dos não-agrícolas), atestando a baixa capacidade de geração de empregos adequados nessas mesorregiões mais pobres e menos urbanizadas. Mesmo nos outros grupos, há uma fração considerável de ocupados com um salário mínimo ou menos, chegando a mais de um terço nos dois grupos de maior urbanização (Grupos 4 e 5).

A escolaridade média (anos de estudo) das pessoas ocupadas é sempre maior entre os não-agrícolas, com diferenciais relativamente uniformes entre as regiões: 39% a mais na média do estado, chegando, no máximo, a 43% no Grupo 1. Há pouca diferença dentro de cada categoria de ocupação, com os agrícolas completando em média os 4 anos de ensino fundamental e os rurais não-agrícolas com 2 anos a mais, em média.

Como foi visto anteriormente, nos países desenvolvidos, as atividades e ocupações não-agrícolas dos residentes rurais são diversificadas e podem estar vinculadas às novas funções do rural, como turismo e preservação da paisagem. Nos países mais pobres, as ocupações não-agrícolas dos rurais tendem a ser bem mais precárias e menos qualificadas, embora fundamentais na complementação da renda domiciliar. Ver, a respeito, Kageyama (2003) e, especificamente para São Paulo, Basaldi (2000).

Tabela 10. Indicadores de rendimento e escolaridade das pessoas ocupadas em atividades agrícolas e não-agrícolas (trabalho principal) com domicílio rural no Estado de São Paulo em 2000.

Grupos de mesorregiões	Rendimento médio em SM		% ganhando menos de 1 SM		% com trabalho não-remunerado		Anos de estudo	
	Agrícolas	Não-agrícolas	Agrícolas	Não-agrícolas	Agrícolas	Não-agrícolas	Agrícolas	Não-agrícolas
Grupo 1	2,38	3,21	45,5	26,5	12,0	12,0	12,0	6,04
Grupo 2	3,01	4,00	21,7	16,2	5,6	5,6	5,6	6,17
Grupo 3	2,58	3,21	28,6	21,4	10,4	10,4	10,4	6,21
Grupo 4	2,84	3,63	36,9	21,1	10,1	10,1	10,1	5,53
Grupo 5	3,49	3,53	33,1	10,0	6,9	6,9	6,9	6,30
Estado de São Paulo	2,67	3,56	32,1	16,1	9,3	9,3	9,3	6,09

Fonte: Censo Demográfico de 2000(Censo..., 2002).

Nas Tabelas 11 a 16, são apresentados os resultados do Censo de 2000, por grupo de mesorregião, para as principais ocupações não-agrícolas dos residentes rurais de São Paulo. Os resultados por mesorregião individualmente são muito similares, e alongariam demais as tabelas, por isso, não são apresentados. Nas tabelas, algumas denominações das ocupações foram simplificadas, por exemplo, substituiu-se “trabalhadores de estruturas de alvenaria, da construção civil” por “pedreiros”; “condutores de veículos sobre rodas, transporte particular” por “motoristas”; “condutores e operadores de equipamentos para elevação e movimentação de cargas” por “carregadores”; etc.

As ocupações foram discriminadas nas tabelas em ordem decrescente de importância, interrompendo-se a lista quando os acréscimos na frequência acumulada se tornam muito pequenos.

Em todos os grupos de mesorregiões, e no total do estado, a ocupação não-agrícola mais importante dos rurais é o emprego doméstico, envolvendo um mínimo de 11,9% dos ocupados na RMSP e um máximo de 28,6% no Grupo 4, que faz limite com a região metropolitana e é altamente urbanizado. Em segundo lugar, aparece quase sempre a ocupação na construção civil (pedreiro). Na maior parte do estado, portanto, duas profissões que não exigem grau mínimo de escolaridade nem habilitação especial e que são geralmente mal remuneradas no Brasil constituem a principal fonte de rendimento de trabalho não-agrícola no meio rural, o que está muito longe do que se verifica na Europa e em países da Ásia, em que os membros mais qualificados da família é que tendem a complementar a renda domiciliar, trabalhando fora do seu empreendimento.

As duas ocupações – serviço doméstico e pedreiro – compõem 18,6% do total de não-agrícolas na Região Metropolitana de São Paulo, e atingem o máximo de 36,4% no Grupo 4.

Outras ocupações mais frequentes, porém muito abaixo das duas principais, são: vendedores e ambulantes, transporte de mercadorias e carregadores (“operadores de equipamentos de movimentação de cargas” e “trabalhadores de carga e descarga de mercadorias”), trabalhadores elementares da indústria (subentende-se de baixa qualificação), ajudante de pedreiro, e “ocupações mal especificadas”. As ocupações de melhor nível, que aparecem geralmente com menor frequência que as anteriores, são as de gerente, costureiro (“operadores de máquina de costura de roupas”, geralmente vinculado à indústria têxtil), motorista e mecânico. Apenas na RMSP as ocupações são mais diversificadas, aparecendo trabalhos em instituições como creches e de cuidados aos idosos, trabalho em almoxarifado, operário industrial especializado, entre outras.

Tabela 11. Principais ocupações não-agrícolas dos residentes em domicílio rural no Estado de São Paulo em 2000. Total do Estado (n = 705.264).

Ocupação	% no total de pessoas rurais ocupadas não-agrícolas	% acumulada
Serviços domésticos	15,7	15,7
Pedreiros	6,5	22,1
Vendedores	4,3	26,4
Transporte de mercadorias	3,5	29,9
Gerentes de produção e operações	3,2	33,1
Outros trabalhadores elementares da indústria	2,8	35,9
Ajudante de pedreiro	2,8	38,8
Serviços de manutenção de edifícios e logradouros	2,8	41,5
Costureiros	2,3	43,8
Ocupações mal especificadas	2,1	45,9
Vendedor ambulante	2,1	47,9
Carregador	1,9	49,9
Outros serviços	1,9	51,8
Garçons	1,6	53,4
Outras ocupações	46,6	100,0

Fonte: Censo Demográfico de 2000 (Censo..., 2002).

Tabela 12. Principais ocupações não-agrícolas dos residentes em domicílio rural no Grupo 1 de mesorregiões em 2000 (n = 68.177).

Ocupação	% no total de pessoas rurais ocupadas não-agrícolas	% acumulada
Serviços domésticos	15,1	15,1
Pedreiros	6,9	22,0
Gerentes de produção e operações	4,8	26,8
Ocupações mal especificadas	4,4	31,2
Vendedores	3,9	35,2
Ajudante de pedreiro	3,8	38,9
Transporte de mercadorias	3,6	42,6
Outros trabalhadores elementares da indústria	2,9	45,5
Outros serviços	2,4	47,8
Costureiros	2,2	50,0
Carregadores	2,1	52,1
Vendedor ambulante	1,8	53,9
Carga e descarga mercadorias	1,8	55,7
Garçons	1,8	57,5
Embaladores e etiquetadores	1,8	59,3
Outras ocupações	40,7	100,0

Fonte: Censo Demográfico de 2000 (Censo..., 2002).

Tabela 13. Principais ocupações não-agrícolas dos residentes em domicílio rural no Grupo 2 de mesorregiões em 2000 (n = 144.631).

Ocupação	% no total de pessoas rurais ocupadas não-agrícolas	% acumulada
Serviços domésticos	13,3	13,3
Transporte de mercadorias	6,7	19,9
Pedreiros	5,1	25,0
Gerentes de produção e operações	4,2	29,2
Outros trabalhadores elementares da indústria	4,2	33,3
Carregadores	3,3	36,6
Ajudante de pedreiro	3,3	39,9
Costureiros	3,0	42,9
Vendedores	2,8	45,7
Carga e descarga mercadorias	2,5	48,2
Ocupações mal especificadas	2,5	50,7
Embaladores e etiquetadores	2,1	52,8
Serviços de manutenção de edifícios e logradouros	1,9	54,6
Trabalhadores artesanais de material de construção	1,8	56,4
Vendedor ambulante	1,5	57,9
Mecânico de automóveis	1,4	59,3
Outras ocupações	40,7	100,0

Fonte: Censo Demográfico de 2000 (Censo..., 2002).

Tabela 14. Principais ocupações não-agrícolas dos residentes em domicílio rural no Grupo 3 de mesorregiões em 2000 (n = 105.229).

Ocupação	% no total de pessoas rurais ocupadas não-agrícolas	% acumulada
Serviços domésticos	13,4	13,4
Gerentes de produção e operações	7,4	20,8
Pedreiros	6,0	26,8
Transporte de mercadorias	5,5	32,3
Costureiros	4,0	36,2
Ajudante de pedreiro	3,7	39,9
Outros trabalhadores elementares da indústria	3,1	43,0
Carregadores	2,9	45,9
Vendedores	2,8	48,7
Carga e descarga mercadorias	2,1	50,9
Embaladores e etiquetadores	2,0	52,9
Ocupações mal especificadas	1,7	54,6
Trabalhadores artesanais de material de construção	1,6	56,2
Serviços de manutenção de edifícios e logradouros	1,5	57,7
Mecânico de automóveis	1,5	59,2
Vendedor ambulante	1,3	60,6
Caldeireiro e serralheiro	1,3	61,9
Marceneiro	1,2	63,2
Outras ocupações	36,8	100,0

Fonte: Censo Demográfico de 2000 (Censo..., 2002).

Tabela 15. Principais ocupações não-agrícolas dos residentes em domicílio rural no Grupo 4 de mesorregiões em 2000 (n = 125.435).

Ocupação	% no total de pessoas rurais ocupadas não-agrícolas	% acumulada
Serviços domésticos	28,6	28,6
Pedreiros	7,7	36,4
Vendedores	4,2	40,6
Ocupações mal especificadas	3,4	44,0
Ajudante de pedreiro	3,0	47,0
Outros trabalhadores elementares da indústria	2,8	49,8
Gerentes de produção e operações	2,6	52,4
Carregadores	2,5	55,0
Transporte de mercadorias	2,5	57,5
Outros serviços	2,4	59,9
Serviços de manutenção de edifícios e logradouros	2,2	62,1
Trabalhadores artesanais de material de construção	2,0	64,1
Garçons	1,4	65,4
Outras ocupações	34,6	100,0

Fonte: Censo Demográfico de 2000 (Censo..., 2002).

Tabela 16. Principais ocupações não-agrícolas dos residentes em domicílio rural no Grupo 5 (RMSP) de mesorregiões em 2000 (n = 261.793).

Ocupação	% no total de pessoas rurais ocupadas não-agrícolas	% acumulada
Serviços domésticos	11,9	11,9
Pedreiros	6,8	18,6
Vendedores	5,8	24,4
Serviços de manutenção de edifícios e logradouros	4,4	28,8
Vendedor ambulante	3,1	31,9
Vigilante e segurança	2,7	34,6
Motorista particular	2,7	37,3
Garçons	2,4	39,6
Outros serviços	2,2	41,8
Outros trabalhadores elementares da indústria	2,0	43,9
Cozinheiro	2,0	45,8
Escriturário	1,9	47,4
Costureiro	1,9	49,6
Guardas e vigias	1,9	51,5
Mecânico	1,5	53,0
Transporte de mercadorias	1,4	54,3
Fiscal e cobrador transporte público	1,3	55,7
Pintor (construção civil)	1,3	56,9
Almoxarife	1,2	58,2
Cabeleireiro	1,1	59,3
Trabalho em creches ou com idosos	1,1	60,4
Operador de máquina-ferramenta	1,1	61,5
Outras ocupações	38,5	100,0

Fonte: Censo Demográfico de 2000 (Censo..., 2002).

Lanjouw (1999) mostra que, na Índia rural, as fontes de renda não-agrícolas são igualmente importantes entre todas as faixas de domicílios, dos mais pobres aos mais bem situados na distribuição, mas que o tipo de atividade não-agrícola varia bastante entre essas faixas. Para os 20% mais pobres, a principal fonte de renda, depois da agricultura, são os trabalhos não-agrícolas casuais e precários, enquanto para o quinto superior da distribuição prevalecem os empregos não-agrícolas regulares e mais qualificados.

Pudemos verificar, com os dados do Censo, que algo semelhante ocorre em São Paulo. Os quintis de renda considerando o rendimento domiciliar per capita são, para o total do Estado: R\$ 100,00, R\$ 152,00 (o salário mínimo era R\$ 151,00), R\$ 225,00 e R\$ 357,00 na data do Censo. Para cada quinto da distribuição, foram identificadas as ocupações não-agrícolas, em ordem decrescente de importância, como nas tabelas anteriores. Para não tornar excessivo o número de informações, restringiu-se a análise às oito primeiras ocupações em cada quinto. Os resultados estão na Tabela 17 e confirmam de certa forma a hipótese levantada a partir de Lanjouw, de que, para o mesmo peso das rendas não-agrícolas nos domicílios rurais, os tipos de atividade que geram essas rendas são bastante heterogêneos entre as faixas da população segundo a renda.. Não se tem informação sobre a regularidade do trabalho, mas pode-se verificar que, à medida que se passa para as faixas superiores da distribuição, há uma queda na importância do emprego doméstico e de pedreiro, dando lugar a ocupações mais qualificadas e menos precárias, como gerentes, vendedores, escriturários. Na faixa dos 20% mais pobres, emprego doméstico e pedreiro perfazem 36,4% do total e são as mais importantes; entre os 20% mais ricos esse valor cai para 9,7%, não sendo, neste último caso, as duas primeiras colocadas.

Conforme se passa para faixas mais elevadas de renda aumenta a diversidade das ocupações: nos 20% inferiores, as oito primeiras ocupações atingem 57% do total de ocupados não-agrícolas; essa proporção vai caindo em cada uma das faixas, chegando a 33% no último quinto da distribuição. Neste último, são necessárias 26 diferentes ocupações para atingir os mesmos 57% da faixa de renda mais baixa.

Confirma-se, também, um ponto observado por Basaldi (2000) em relação aos rendimentos obtidos nas diversas ocupações: excetuando o emprego doméstico, todas as demais ocupações não-agrícolas têm rendimentos superiores aos do trabalhador agrícola.

Tabela 17. Principais ocupações não-agrícolas dos residentes em domicílio rural no Estado de São Paulo em 2000, nos quintos da distribuição do rendimento domiciliar per capita.

Ocupação	% no total de pessoas rurais ocupadas não-agrícolas	Ocupação	% no total de pessoas rurais ocupadas não-agrícolas
Quinto 1 (20% mais pobres)		Quinto 2 (20% a 40%)	
Serviços domésticos	28,1	Serviços domésticos	25,0
Pedreiros	8,3	Pedreiros	6,5
Serviços de manutenção de edifícios e logradouros	4,3	Serviços de manutenção de edifícios e logradouros	4,4
Gerentes	3,5	Vendedor	4,3
Vendedor	3,4	Gerentes	3,4
Ocupações mal definidas	3,4	Outros serviços	2,9
Outros serviços	3,2	Trabalhadores elementares da indústria	2,7
Ajudante de pedreiro	3,0	Ocupações mal definidas	2,7
Total	57,1	Total	51,9
Quinto 3 (40% a 60%)		Quinto 4 (60% a 80%)	
Serviços domésticos	20,1	Serviços domésticos	14,5
Pedreiros	6,1	Vendedor	6,1
Vendedor	5,3	Pedreiros	5,2
Serviços de manutenção de edifícios e logradouros	3,8	Gerentes	3,3
Gerentes	3,0	Serviços de manutenção de edifícios e logradouros	3,0
Outros serviços	2,5	Vendedor ambulante	2,5
Distribuição de mercadorias	2,3	Trabalhadores elementares da indústria	2,4
Vendedor ambulante	2,2	Distribuição de mercadorias	2,4
Total	45,3	Total	39,2
Quinto 5 (20% mais ricos)			
Vendedor	6,8		
Serviços domésticos	6,3		
Gerentes	5,9		
Escriturário	3,6		
Pedreiros	3,4		
Vendedor ambulante	2,7		
Ocupações mal especificadas	2,5		
Garçons	2,2		
Total	33,4		

Fonte: Censo Demográfico de 2000 (Censo..., 2002).

Na Tabela 18, foram computados os rendimentos médios (de todos os trabalhos) para as ocupações não-agrícolas mais freqüentes e para três grupos de ocupações agrícolas: os trabalhadores comuns (trabalhadores na exploração agropecuária, pescadores, caçadores e extrativistas florestais), os produtores (produtores agrícolas, em pecuária e agropecuários) e os trabalhadores qualificados (da mecanização e irrigação e drenagem).

A única ocupação com salário menor que o agrícola não-qualificado é o serviço doméstico – que corresponde a mais de 15% das ocupações na média do estado – mas o trabalho agrícola qualificado tem remuneração melhor do que várias ocupações não-agrícolas, como se observa na tabela. Os produtores agrícolas – uma categoria muito heterogênea porque inclui desde o pequeno produtor familiar até os donos de grandes agronegócios – têm em média ganhos maiores do que qualquer ocupação não-agrícola presente entre os rurais.

Tabela 18. Rendimento médio de todos os trabalhos para os residentes rurais ocupados nas principais ocupações não-agrícolas e agrícolas no Estado de São Paulo em 2000 (em salários mínimos per capita).

Ocupação	Rendimento (SM)
Não-agrícola	
Gerentes	6,12
Guardas e vigias	6,01
Motorista particular	4,58
Transporte de mercadorias	4,41
Operadores movimentação cargas	4,37
Vigilante e segurança	3,79
Vendedores	3,63
Escriturário	3,34
Garçons	3,15
Vendedor ambulante	3,07
Pedreiros	3,06
Cozinheiro	2,28
Outros trabalhadores elementares da indústria	2,18
Costureiro	2,07
Serviços de manutenção de edifícios e logradouros	1,90
Ajudante de pedreiro	1,86
Serviços domésticos	1,55
Agrícola	
Trabalhadores comuns	1,73
Trabalhadores qualificados	2,60
Produtores	8,83

Fonte: Censo Demográfico de 2000 (Censo..., 2002).

OS AGRÍCOLAS URBANOS

Três quartos dos 448.409 ocupados em atividades agrícolas que residem na área urbana em São Paulo estão concentrados nos Grupos 2 (o mais rico, que inclui a região metropolitana de Campinas) e 3 (misto em termos agrícolas e com baixa densidade demográfica), como mostra a Tabela 19. Nas duas regiões mais urbanizadas (Grupos 4 e 5) aparecem os menores percentuais de agrícolas com residência urbana.

Mas os grupos de mesorregiões mais urbanizadas (RMSP e seus entornos, em direção ao litoral e ao interior) mostram uma diferença radical no que se refere à participação dos residentes urbanos e rurais entre as pessoas ocupadas na agricultura. Na Tabela 20, vemos que na RMSP 74,7% dos agrícolas têm domicílios urbanos e no Grupo 4 aparece a menor participação de domicílios urbanos entre todos os grupos (34%). Na região mais rica e de agricultura mais dinâmica (Grupo 2), dois terços dos agrícolas são urbanos. Na média do estado, 57% dos ocupados agrícolas residem em domicílio urbano (respeitada a definição oficial do que é urbano).

Na Tabela 21, foi incluída a escolaridade média dos dois tipos de ocupados agrícolas, podendo-se observar que, diversamente do verificado entre agrícolas e não-agricolas rurais, os agrícolas urbanos praticamente não diferem dos rurais em termos de número médio de anos de estudo, com a notória exceção da RMSP (Grupo 5).

Tabela 19. Distribuição dos ocupados agrícolas com domicílio urbano no Estado de São Paulo em 2000 (%).

Grupos de mesorregiões	% do total do estado
Grupo 1	12,1
Grupo 2	40,1
Grupo 3	34,6
Grupo 4	6,4
Grupo 5	6,8
Total do estado (448.409 pessoas)	100,0

Fonte: Censo Demográfico de 2000 (Censo..., 2002).

Tabela 20. Escolaridade e distribuição dos ocupados agrícolas entre domicílios urbanos e rurais no Estado de São Paulo em 2000 (%).

Grupos de mesorregiões	Ocupações agrícolas (% do total)		Anos de estudo	
	urbanos	rurais	urbanos	rurais
Grupo 1	41,7	58,3	4,72	41,7
Grupo 2	66,6	33,4	4,33	66,6
Grupo 3	59,9	40,1	4,68	59,9
Grupo 4	34,0	66,0	4,81	34,0
Grupo 5	74,7	25,3	6,06	74,7
Total do estado	57,2	42,8	4,65	57,2

Fonte: Censo Demográfico de 2000 (Censo..., 2002).

Tabela 21. Rendimento per capita e percentagem de pessoas com um salário mínimo ou menos entre os ocupados agrícolas com domicílios urbanos e rurais no Estado de São Paulo em 2000 (%).

Grupos de mesorregiões	Ocupações agrícolas (% do total)		Anos de estudo	
	urbanos	rurais	urbanos	rurais
Grupo 1	3,19	2,38	34,1	45,5
Grupo 2	3,53	3,01	16,4	21,7
Grupo 3	3,85	2,58	23,2	28,6
Grupo 4	3,52	2,84	27,7	36,9
Grupo 5	5,16	3,49	25,5	33,1
Total do estado	3,71	2,67	22,2	32,1

Fonte: Censo Demográfico de 2000 (Censo..., 2002).

O mesmo não ocorre com os rendimentos: os rendimentos dos agrícolas urbanos são sistematicamente maiores do que os dos rurais (3,71 SM e 2,67SM, respectivamente, na média do estado) e em todas as regiões há mais pessoas ocupadas recebendo um salário mínimo ou menos na categoria dos rurais. O fato de residir na cidade contribui para um maior acesso à qualificação,

possibilita a agricultura intensiva de cinturão verde e, possivelmente, favorece a maior presença de proprietários entre os ocupados agrícolas. Para eliminar este último viés, apresentam-se na Tabela 22 as frequências relativas de trabalhadores e produtores (provavelmente a maior parte são proprietários) agrícolas com residência urbana, por Grupo de mesorregiões. Chama a atenção a elevada proporção de trabalhadores agrícolas de baixa qualificação com domicílio urbano (78,7% no total do estado e com pouca variação regional). De um lado, isso pode estar refletindo um fenômeno real de presença ainda grande dos trabalhadores volantes ou bóias-frias na agricultura paulista, os quais geralmente moram nas periferias das cidades; de outro lado, a definição de cidade no Brasil – toda sede de município ou de distrito, sem limites de densidade demográfica ou de outras características – pode dar uma falsa impressão sobre os locais de moradia desses trabalhadores. Muitos vilarejos no interior, sem infra-estrutura, serviços e facilidades próprios de uma verdadeira cidade, são classificados pelo IBGE como áreas urbanas, como bem mostrou Veiga (2002). A elevada proporção de não-qualificados e a menor proporção de produtores sugere que não há viés imposto pelas diferentes categorias de ocupados agrícolas no resultado da maior renda dos agrícolas urbanos.

Em todas as regiões verifica-se também uma ocorrência maior de trabalho não-remunerado entre os agrícolas rurais (9,3% dos ocupados na média do estado) do que entre os urbanos (2,1%), o que também contribui para diminuir o rendimento médio per capita. Quanto à contribuição previdenciária, não há muita diferença entre urbanos e rurais (ocupados na agricultura) nem entre

Tabela 22. Proporção de trabalhadores e produtores entre os ocupados agrícolas com domicílios urbanos no Estado de São Paulo em 2000 (%).

Grupos de mesorregiões	Trabalhadores comuns	Trabalhadores qualificados	Produtores
Grupo 1	77,2	4,0	18,8
Grupo 2	81,0	5,6	13,4
Grupo 3	78,2	6,3	15,5
Grupo 4	71,1	3,7	25,2
Grupo 5	77,8	3,0	19,3
Total do estado	78,7	5,3	16,0

Fonte: Censo Demográfico de 2000 (Censo..., 2002).

regiões, razão pela qual a tabela foi omitida. Na média do Estado de São Paulo, 8% dos agrícolas urbanos e 7,3% dos rurais eram filiados à previdência na data do Censo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A abordagem *territorial* do desenvolvimento econômico tem permeado várias tendências do pensamento econômico, desde as teorias de polarização de Perroux e Boudeville aos recentes enfoques sobre arranjos e sistemas produtivos locais. A Economia Industrial vem incorporando a noção de que o território é fundamental para a constituição de aglomerações produtivas que possam se beneficiar de economias externas e vantagens locais. Segundo Haddad (2002),

“Nos últimos anos, as políticas industriais e as políticas de desenvolvimento passaram a dar particular atenção à formação de **sistemas produtivos locais**, onde há agrupamentos ou aglomerados de empresas com transações entre os seus agentes e a presença de instituições de pesquisa e desenvolvimento (P&D), possibilitando a criação de externalidades positivas”. (p.5)

Para Cassiolato & Lastres (2001), a literatura especializada ainda não deu a devida atenção à dimensão local da produção e da inovação, mas muitos trabalhos empíricos têm focalizado os diferentes arranjos e sistemas produtivos locais, em que são desenvolvidos vínculos entre agentes produtivos e institucionais (incluindo inovações) num mesmo território. Nessa linha, Suzigan et al. (2001, 2003) identificaram e descreveram diversas aglomerações industriais no estado de São Paulo com base em dados da RAIS e pesquisas de campo com entrevistas em empresas e instituições locais⁵.

Na Economia Agrícola, talvez pelo fato de a atividade agrícola ter na terra um fator indispensável da produção, ao lado do trabalho e do capital, raramente a teoria se interessa pelo *território* socialmente determinado. O desenvolvimento agrícola tende a ser pensado, majoritariamente, tanto na teoria como nas políticas públicas, em termos setoriais. Mesmo os enfoques de cadeias produtivas e complexos agroindustriais pouco avançaram em termos de integração com a Economia Regional.

⁵ Uma boa atualização no tema, com diversos estudos de caso, pode ser obtida em Lastres & Cassiolato(2003) e Tironi (2001).

Mas, ainda que a agricultura continue a ser o “coração da economia rural” (Van Depoele, 2000), o desenvolvimento *rural* depende cada vez mais de outras atividades, algumas apenas indiretamente relacionadas com a agricultura (turismo rural, por exemplo), outras totalmente dela desvinculadas, e sim dependentes de mercados de trabalho urbanos locais e regionais. Epstein & Jezeph (2001) defendem que o desenvolvimento rural depende de ampliar as oportunidades de obtenção de renda nas áreas rurais, tornando-as mais atrativas em termos de economia e de infra-estrutura, o que só poderia ser alcançado pelo estabelecimento de um “paradigma de desenvolvimento rural-urbano”, em que o desenvolvimento urbano e o rural sejam processos complementares.

A análise do desenvolvimento rural deve contemplar o desenvolvimento agrícola e o desenvolvimento da rede urbana local e regional, pois é nesse espaço que muitos membros das famílias agrícolas encontrarão fontes de renda complementares, vitais para a preservação da própria atividade agrícola. Nesse sentido, pode-se considerar que Estado de São Paulo é uma área privilegiada para entender os novos rumos do desenvolvimento rural. De um lado, porque foi aí que a “modernização conservadora” da agricultura – que continua a ser a base de todo desenvolvimento rural – chegou ao limite máximo, em comparação com os outros Estados brasileiros; de outro, porque a rede urbana densa e difundida por todo o Estado permite que a integração rural-urbana se manifeste em sua plenitude.

Observa-se, em primeiro lugar, que a interseção agrícola-rural é reduzida, dando lugar ao “rural não-agrícola” e ao “agrícola-urbano”, possivelmente as novas categorias que deverão ser conceituadas e descritas para se entender o desenvolvimento rural no Brasil e, sobretudo, que deverão ser levadas em conta na orientação das políticas agrícolas e das políticas territoriais e habitacionais, para não mencionar os mecanismos de regulação do próprio mercado de trabalho. É verdade que tais categorias já existem há algum tempo – a explosão do fenômeno do bóia-fria residente nas periferias urbanas data dos anos 60 e 70 do século 20 –, mas a novidade é a sua magnitude, passando a predominar, em algumas regiões, em relação às formas tradicionais do agrícola-rural e não-agrícola urbano.

O aspecto marcante do nosso rural não-agrícola, diversamente do que relata a literatura para os países desenvolvidos, é a baixa qualificação e a pre-

cariedade das ocupações não-agrícolas, mesmo no estado mais rico da Federação, concentrando-se no serviço doméstico remunerado e no trabalho de baixa qualificação na construção civil (pedreiro). Só na faixa de maior renda (20% mais ricos), que reflete o grupo de maior escolaridade e melhores condições de vida, observa-se maior diversidade e melhor qualificação das ocupações, como gerentes, vendedores e escriturários, com menor peso do serviço doméstico e da construção civil.

Em todas as regiões do Estado de São Paulo aparecem os “novos rurais” e os “novos agrícolas”, mas é no grupo de mesorregiões de maior desenvolvimento agrícola (“modernizada”) e no de maior densidade populacional e urbanização que esses indicadores do novo desenvolvimento rural se manifestam com maior intensidade.

O grupo formado pelas mesorregiões de Ribeirão Preto, Araraquara, Piracicaba e Campinas é responsável por 42% do valor da produção agropecuária de São Paulo, baseada nas grandes monoculturas, como cana, soja e laranja. Nessa região, 51% dos residentes rurais ocupados têm atividades não-agrícolas; esses não-agrícolas rurais têm maior escolaridade, maior renda e ocupação mais formalizada (medida pela menor proporção dos que ganham menos de 1 salário mínimo) do que os ocupados na agricultura. Do total de ocupados agrícolas nessa região, 67% têm residência urbana e, entre esses, uma fração menor tem renda abaixo de um salário mínimo. Nessa região, encontra-se a maior renda domiciliar per capita rural do Estado de São Paulo.

Na região que fica no entorno da região metropolitana da capital – mesorregiões Macrometropolitana e Vale do Paraíba Paulista – predomina uma agricultura de pequena propriedade típica de cinturão verde (hortifrutigranjeiros e leite) numa zona de alta densidade demográfica e urbanização. Essa área é responsável por apenas 8,5% do valor da produção agropecuária, mas aí se encontram 19% da população rural ocupada e 20% do rendimento total dos domicílios rurais do estado. Do total de ocupados rurais, 68% possuem ocupações não-agrícolas; mas apenas 34% do total de ocupados agrícolas residem em zona urbana, sendo essa a menor proporção entre todas as regiões do estado. Nessa região, observa-se a segunda maior renda per capita rural do estado. A combinação entre alta urbanização e pequenas propriedades agrícolas familiares parece gerar uma trajetória diferente – talvez mais promissora em termos de desenvolvimento – da descrita para a região anterior: uma proporção muito

A. Kageyama

maior de residentes rurais com ocupações não-agrícolas (pluratividade) e uma proporção muito menor de ocupados agrícolas residindo nas cidades (maior retenção de população na zona rural).

AGRADECIMENTOS

Ao professor Rodolfo Hoffmann, que leu uma versão preliminar do texto, e aos pareceristas da revista, pelas sugestões dadas a uma versão preliminar do texto.

Ao CNPq, pelo apoio com Bolsa de Produtividade em pesquisa.

REFERÊNCIAS

ARKLETON TRUST. **Adaptation des ménages agricoles en Europe Occidentale 1987-1991**. [Oxford, England]: Comission Européene, 1992.

BASALDI, O. V. **Características do emprego rural no estado de São Paulo nos anos 90**. 2000. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Economia, Unicamp, Campinas, 2000.

BRYDEN, J.M. Is there a New Rural Policy? In: INTERNATIONAL CONFERENCE EUROPEAN RURAL POLICY AT THE CROSSROADS, 2000, Aberdeen, Scotland. **Conference papers**. Disponível em: < www.abdn.ac.uk/arkleton/conf2000/>. Acesso em: 29 out. 2003.

CARVALHO, Y. M. C. et al. Unidades ambientais homogêneas para o estado de São Paulo. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, v. 45 n. 1, p. 69-102, 1998.

CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M. Arranjos e sistemas produtivos locais na indústria brasileira. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, abr. 2001. Disponível em: <www.mdic.gov.br/tecnologia/revistas>. Acesso em: 29 out. 2003.

CENSO AGROPECUÁRIO 1995-1996: São Paulo. Rio de Janeiro: IBGE, n. 19, 1998.

CENSO DEMOGRÁFICO 2000: documentação dos microdados da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2002. CD-ROM .

EIKELAND, S.; LIE, I. Pluriactivity in rural Norway. **Journal of Rural Studies**, v. 15, p. 405-415, 1999.

EPSTEIN, T. S.; JEZEPEH, D. Development - there is another way: a rural-urban partnership development paradigm. **World Development**, v. 29, n. 8, p. 1443-1454, 2001.

EUROPEAN COMMISSION. Directorate General for Agriculture. **Rural developments: CAP 2000**. 1997. Working Document. Disponível em: <<http://europa.eu.int/comm/agriculture>>. Acesso em 29 out. 2003.

FARIA, V. **O sistema urbano brasileiro**: um resumo das características e tendências recentes. São Paulo: Cebrap, 1976. p. 91-115. (Estudos Cebrap, 18).

FIGUEROA, A. **Hacia un nuevo enfoque sobre el desarrollo rural en América Latina**. Trabalho apresentado no Seminário Internacional Interrelación Rural-Urbana Y Desarrollo Descentralizado, FAO/ONU, 9-11abril de 1997, Taxco, México.

FUNDAÇÃO ECONOMIA DE CAMPINAS. **Projeto “O Agro Brasileiro Hoje”**: regionalização e tendências. Campinas: Instituto de Economia, Unicamp, 2000. Relatório de pesquisa.

HADDAD, P. R. A organização dos sistemas produtivos locais como prática de desenvolvimento endógeno. In: FÓRUM INTERAMERICANO SOBRE MICROEMPRESAS, 5., 2002, Rio de Janeiro. **Ambiente favorável para as micro e pequenas empresas**. Inter-American Development Bank, 2002. Disponível em: <www.iadb.org/foromic/Vforo/downloads/Haddad.doc>. Acesso em: 30 out. 2003.

IBGE. **Base cartográfica**: malha municipal digital do Brasil. Rio de Janeiro, 1997.

IBGE. **Base de informações municipais 3** Rio de Janeiro, 2002. CD-ROM.

KAGEYAMA, A. A.; LEONE, E. T. **Uma tipologia dos municípios paulistas com base em indicadores sociodemográficos**. Campinas: IE-Unicamp, 1999. (Texto para Discussão, 66).

KAGEYAMA, A. A. Diversificação das rendas nos domicílios agrícolas no Brasil, 1992 e 2001. **Economia e Sociedade**, Campinas, v.12, n.1, p. 65-86, jan./jun. 2003.

KNICKEL, K.; RENTING, H. Methodological and conceptual issues in the study of multifunctionality and rural development. **Sociologia Ruralis**, Oxford, UK, v. 40 n. 4, p. 512-528, Oct. 2000.

LANJOUW, P. **The rural non-farm sector:** a note on policy options. Washington, DC: World Bank, Development Economics Research Group, 1999. Disponível em: <www.econ.worldbank.org>. Acesso em: 31 dez. 2002.

LASTRES, H. M. M.; CASSIOLATO, J. E. (Org.). **Pequena empresa:** cooperação e desenvolvimento local. Rio de Janeiro: Relume Dumará ; UFRJ, Instituto de Economia, 2003. 556 p.

McNALLY, S. Farm diversification in England and Wales: what can we learn from the farm business survey? **Journal of Rural Studies**, v. 17, p. 247-257, 2001.

QADEER, M. A. Ruralopolises: the spatial organization and residential land economy of high-density rural regions in South Asia. **Urban Studies**, London, v. 37, n. 9, p. 1583-1603, 2000.

SARACENO, E. **Urban-rural linkages, internal diversification and external integration:** a European experience. Trabalho apresentado no Seminário Internacional Interrelación Rural-Urbana Y Desarrollo Descentralizado, FAO/ONU, 9-11abril de 1997, Taxco, México.

SHUCKSMITH, M.; CHAPMAN, P. Rural development and social exclusion. **Sociologia Ruralis**, Oxford, UK, v. 38, n. 2, p. 225-242, 1998.

SUZIGAN, W. et al. Aglomerações industriais no Estado de São Paulo. **Economia Aplicada**, São Paulo, v. 5, n. 4, p. 695-717, out./dez. 2001.

SUZIGAN, W. et al. Sistemas locais de produção: mapeamento, tipologia e sugestões de políticas. Trabalho apresentado no XXXI Encontro Nacional de Economia da ANPEC, Porto Seguro, dez. 2003.

TIRONI, L. F. (Coord.). **Industrialização descentralizada:** sistemas industriais locais. Brasília: Ipea, 2001, 533 p.

TSUNECHIRO, A. et al. Valor da produção agropecuária do estado de São Paulo, por Escritório de Desenvolvimento Regional e região administrativa, 1995-2000. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 31, n. 7, p. 17-41, jul. 2001.

VAN DEPOELE, L. The European model of agriculture (EMA): multifunctional agriculture and multisectoral rural development. In: INTERNATIONAL CONFERENCE EUROPEAN RURAL POLICY AT THE CROSSROADS, 2000, Aberdeen, Scotland. **Conference papers**. Disponível em: <www.abdn.ac.uk/arkleton/conf2000/>. Acesso em: 29 out. 2003.

VAN DER PLOEG, J. D. Revitalizing agriculture: farming economically as starting ground for rural development. **Sociologia Ruralis**, Oxford, UK, v. 40, n. 4, p. 497-511, Oct. 2000.

VAN DER PLOEG, J. D. et al. Rural development: from practices and policies towards theory. **Sociologia Ruralis**, Oxford, UK, v. 40, n. 4, p. 391-408, Oct. 2000.

VEIGA, J. E. **Cidades imaginárias**: o Brasil é menos urbano do que se calcula. Campinas: Ed. Autores Associados, 2002.